



ORÇAMENTO DE ESTADO 2009

Privatizações geram receita de 1200 milhões

O Governo prevê arrecadar 1200 milhões de euros com as receitas das privatizações do próximo ano. Na calha está a privatização das empresas públicas Galp Energia, ANA, INAPA e TAP.



100 000

euros é o valor para o qual será elevado o Fundo de Garantia dos Depósitos no próximo ano, montante válido por depositante e por instituição, contra os actuais 25 mil euros, anunciou o ontem o ministro das Finanças.

Comércio automóvel fortemente penalizado

Associações do sector automóvel manifestaram já descontentamento face às perspectivas deixadas pelo OE: subida do Imposto Sobre Veículos e, na prática, fim dos incentivos fiscais ao abate.



Conjuntura e medidas apertam receita do Fisco

Impacto da descida das taxas e das deduções específicas explica a fraca subida dos impostos, ainda afectados pelo abrandamento económico esperado para o próximo ano

LUCÍLIA TIAGO
ltiago@jn.pt

Em 2009, a receita fiscal crescerá 2,7%, com os impostos directos a terem mesmo uma quebra face a 2008. A descida de taxas e os benefícios fiscais explicam este comportamento das receitas. Finanças recusa que se deva a perda na eficiência fiscal.

O Orçamento do Estado estima que os impostos (directos e indirectos) proporcionem uma receita total de 37,1 mil milhões de euros, cerca de mil milhões acima do valor previsto para este ano. Esta subida de 2,4% está abaixo do crescimento nominal do PIB (que aumenta 3,1%), mas o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, recusa que haja uma perda de eficiência fiscal.

Esta situação explica-se pela descida em um ponto percentual da taxa do IVA (que fará com que o Estado arrecade menos 400 milhões de euros); pela redução das taxas máximas do IMI (que traduzirá uma não cobrança de 100 milhões de euros); ou pela nova taxa de 12,5% no IRC e descida do pagamento por conta (menos 170 milhões de euros).

Deficientes

Além disso, a receita fiscal reflecte a despesa com os benefícios fiscais, bem como a transferência de 5% do IRS para os municípios (que pesa 396 milhões de euros) ou ainda, entre outras, a subida da dedução específica dos deficientes (que se traduzirá num custo fiscal de cerca de 30 milhões de euros).

Tudo isto somado com o abrandamento da economia faz com que o Governo espere apenas uma subida de 0,4% na receita do IRS e de 3,4% no IVA. Em declarações ao JN, Carlos Lobo precisou que se não fosse o efeito da descida da taxa máxima deste imposto (de 21 para 20%),



Benefícios fiscais



Alguns exemplos das deduções e benefícios fiscais, no IRS

Despesas de saúde	30% da despesa até 62€ ou 2,5% das restantes despesas de saúde	30% da despesa até 64€ ou 2,5% das restantes despesas de saúde
Despesas de saúde justificadas com receita		
Educação	30% da despesa	30% da despesa
Encargos com lares	25% da despesa	25% da despesa
Encargos com juros, amortizações de rendas	30% com limite de 586€	30% com limite de 586€
Despesas equipamentos de energias renováveis	30% da despesa, com limite de 777€	30% da despesa, com limite de 796€
Seguros de vida / acidentes pessoais	25% prémio com limite 62€ solteiro 124€ casado	25% prémio com limite 64€ solteiro ou 128€ casado
Seguros de saúde	30% prémio com limite 82€ solteiro, 164€ casado + 41€ por cada dependente	30€ prémio com limite 84€ solteiro, 168€ casado + 42€ cada dependente
PPR	20% aplicação com limite 400€ se menos de 35 anos, 350€ se menos de 55 anos e 300€ se entre 50 anos e idade da reforma - por sujeito passivo	20% aplicação c limite 400€ se menos de 35 anos, 350€ se menos de 55 anos e 300€ se entre 50 anos e idade da reforma - por sujeito passivo

Em 2009, os veículos eléctricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis são dedutíveis

as receitas deveriam, no entanto, crescer 7%.

Entre as várias alterações fiscais que a proposta do Orçamento do Estado para 2009 inclui destaca-se a descida dos pagamentos por conta para as empresas com proveitos até cerca de 500 mil euros e a subida para as empresas com um volume de negócios superior. Esta medida, ao contrário do que sucede com a taxa de 12,5%, terá efeitos já ao longo de 2009 e beneficia as pequenas e médias empresas. Relativamente ao ISP, o Governo não efectuará em 2009 nem o aumento equivalente à taxa de inflação, nem aplicará o adicional de 2,5 cêntimos por litro de combustível.

A nota de preocupação deste OE

Presidente da CTOC diz que este é o primeiro OE a reconhecer papel das PME na economia

para com as empresas e as famílias foi ontem novamente sublinhada por Teixeira dos Santos. No caso dos deficientes inverte-se o sentido das alterações tomadas nos últimos anos, renovando-se por mais um ano a cláusula de salvaguarda para que os rendimentos sejam tributados em apenas 90% e aumenta-se a dedução à colecta em meio salário mínimo, para quatro SMN. Para o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, este é um OE em que pela "primeira vez se reconhece a importância da PME na economia", além de incluir "medidas anti- crise", nomeadamente ao nível dos impostos do património. Já a possibilidade de quebra de sigilo fiscal sem consentimento do contribuinte é encarada com reserva por Domingues de Azevedo que teme uma "utilização indevida e excessiva" da medida. ■



Casas e impostos

■ **Promover arrendamento**
O OE tem várias soluções para promover o mercado de arrendamento e apoiar as pessoas com dificuldade em pagar o empréstimo da casa. Para o



efeito, dá insenções fiscais – de IMT e IMI – e ao mesmo tempo permite que em algumas situações os rendimentos prediais (de rendas de casas em zona de reabilitação urbana) sejam taxados a 5% para efeitos de IRS.

■ **IMI diferenciado**
Até agora, a fixação do valor patrimonial, e logo do IMI a pagar, era "cega" em relação a algumas características dos edifícios. Ou seja, considerava de forma igual prédios vizinhos ainda que os materiais de construção, por exemplo, fossem completa-



mente diferentes. E pressupunha também que dois apartamentos num mesmo prédio valiam o mesmo, mesmo que um tivesse vista para o mar e o outro para as traseiras. Esta regra vai ser alterada e as diferenças serão tidas em conta.